

DICASTERY FOR PROMOTING CHRISTIAN UNITY, The Bishop of Rome: Primacy and synodality in the ecumenical dialogues and in the responses to the encyclical *Ut Unum Sint*.

Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2024.
ISBN-10 : 8826609101

Gustavo Albernaz Dias Carreiro

O livro *The Bishop of Rome: primacy and synodality in the ecumenical dialogues and in the responses to the encyclical Ut Unum Sint* é uma obra que constitui uma contribuição acadêmica crítica que emerge do convite histórico do Papa João Paulo II, articulado em *Ut Unum Sint* (1995), para que comunidades eclesiais através de divisões confessionais se envolvam em uma exploração teológica concertada no ministério exercido pelo Bispo de Roma. Numerosas respostas a este convite foram oferecidas por diferentes tradições cristãs, o Dicastério para a promoção da Unidade Cristã em vista do 25º aniversário da Encíclica *Ut Unum Sint* e da convocação do Papa Francisco de um Sínodo que acerca da Sinodalidade (2021-2024), empreendeu uma síntese abrangente desses diálogos interconfessionais, elucidando tanto as convergências quanto as tensões persistentes no discurso ecumênico contemporâneo.

Na sua introdução o livro mostra que a compreensão e o exercício do ministério do Bispo de Roma entraram em uma nova fase depois do Concílio Vaticano II. Durante e após este Concílio diversos Papas fizeram contribuições significativas para este desenvolvimento, reconhecendo que o exercício e a compreensão do papel exercido pelo Papa é um dos maiores entraves ao ecumenismo.

O texto segue examinando ainda mais as contribuições de sucessivos pontífices para a compreensão teológica e ecumênica do ministério papal, desde o Papa Paulo VI, pontuando os avanços promovidos por João Paulo II, até o Papa Francisco que, embora reconhecendo o progresso limitado alcançado até agora, priorizou a sinodalidade como um tema central de seu pontificado.

No primeiro capítulo o livro se aprofunda nos diálogos teológicos em andamento em torno da primazia papal e suas implicações para o ecumenismo. Primeiramente o texto aborda as respostas ecumênicas à *Ut Unum Sint*, observando as variadas reações de diferentes comunhões cristãs e os diálogos teológicos que surgiram como resultado disso. Apresenta uma síntese objetiva desses diálogos, reconhecendo tanto os progressos feitos quanto as limitações que permanecem.

Este capítulo também enfatiza a necessidade de adaptar as discussões teológicas para refletir as experiências reais dos fiéis, defendendo uma “teologia do diálogo do amor” (p.23). Essa abordagem é ilustrada por meio de várias iniciativas ecumênicas recentes,

como as reuniões de líderes da igreja e visitas conjuntas, que destacam a importância de promover relacionamentos e compreensão entre diferentes tradições cristãs.

O primeiro capítulo também descreve o contexto histórico e o significado de vários diálogos bilaterais e multilaterais que abordaram a questão da primazia papal. Ele observa de maneira interessante que, embora alguns diálogos tenham abordado diretamente a questão, outros a abordaram indiretamente, discutindo a relação entre as estruturas da igreja local e universal.

O segundo capítulo do livro fornece uma exploração abrangente da primazia e infalibilidade papal, com foco nas dimensões teológicas e históricas, particularmente no contexto do diálogo ecumênico. Por meio do exame de questões teológicas importantes — como os fundamentos bíblicos do ministério petrino, *jus divinum*, a primazia da jurisdição e infalibilidade — o texto visa aprofundar a compreensão e promover a unidade entre as denominações cristãs.

O texto emprega uma abordagem metodológica multifacetada, começando com a contextualização histórica. Ele situa as definições de primazia e infalibilidade papal estabelecidas no Concílio do Vaticano I dentro do cenário histórico mais amplo do século XIX. Isso inclui abordar os desafios eclesiológicos, políticos e intelectuais enfrentados pela Igreja Católica, como Galicanismo, Regalismo e Racionalismo. Ao fazer isso, o livro apresenta uma compreensão mais matizada das motivações por trás das decisões do Concílio e da evolução de seus ensinamentos.

Este capítulo também introduz uma distinção crucial entre a expressão da doutrina (*enuntiabile*) e seu significado pretendido (*res*), permitindo uma recepção mais dinâmica da primazia e infalibilidade papal. Essa distinção abre a porta para reexaminar interpretações maximalistas da autoridade papal à luz de novas investigações históricas, desafiando interpretações rígidas e promovendo uma perspectiva mais ecumênica.

Um dos pontos centrais que o texto oferece é um esclarecimento da primazia e infalibilidade papal. Ele sugere que uma compreensão mais matizada dessas doutrinas pode emergir da pesquisa histórica e discussões ecumênicas, particularmente ao se envolver com teólogos protestantes e ortodoxos. O documento reavalia as definições de autoridade papal fornecidas pelo Vaticano I, argumentando que elas não tinham a intenção de estabelecer uma monarquia absoluta dentro da Igreja, mas sim de garantir a unidade em questões de fé.

Em seguida, o texto defende uma reavaliação das definições do Vaticano I, sugerindo que elas devem ser interpretadas à luz da tradição eclesiológica do primeiro milênio, que via a Igreja como uma comunhão de igrejas que se apoiavam mutuamente. Isso abre oportunidades de envolvimento com outras denominações cristãs, permitindo uma abordagem mais colaborativa para entender a autoridade papal.

O capítulo também enfatiza a importância ecumênica do ministério papal na preservação da unidade da Igreja, particularmente em tempos de conflito doutrinário. Ele argumenta que o propósito final da autoridade papal é manter a unidade na proclamação do Evangelho, em vez de impor controle centralizado.

O terceiro capítulo da obra oferece uma análise completa sobre a necessidade da primazia universal dentro da Igreja, focando particularmente no papel do Bispo de Roma. Adota uma abordagem dialogal e ecumênica, envolvendo-se com perspectivas teológicas das tradições Católica, Ortodoxa e Protestante. Esta escolha metodológica

busca reconciliar tradições cristãs divergentes por meio do entendimento e respeito mútuos.

Este capítulo centra-se em uma análise comparativa de vários diálogos teológicos entre tradições cristãs distintas. Esses diálogos mostram a relação entre primazia e sinodalidade em todos os níveis da Igreja. Esse foco no diálogo é central para o argumento do capítulo, enfatizando que a primazia, embora historicamente fundamentada na tradição apostólica, também deve se adaptar às realidades contemporâneas. O texto chama a atenção para a necessidade de equilibrar a primazia com a sinodalidade, argumentando que os dois são interdependentes. Assim como as assembleias locais e regionais dependem do ministério ordenado para sua unidade e funcionamento, a Igreja universal também requer um primado universal. O Bispo de Roma, como figura de continuidade apostólica, é apresentado como cumprindo esse papel.

Um elemento chave do argumento do texto é sua análise histórica da tradição apostólica. Afirma que a Igreja primitiva foi organizada em torno de grandes sedes apostólicas, com Roma ocupando uma posição de primazia, não apenas como um centro histórico, mas também como uma força unificadora. Este contexto histórico é apresentado como crucial para entender a função contemporânea do papado. O documento não vê a primazia meramente como uma estrutura arcaica, mas como um ofício em evolução que continua a servir à unidade e comunhão da Igreja no complexo cenário eclesial hodierno. Sobre a sinodalidade o terceiro capítulo enfatiza que a participação de todos os níveis da Igreja na governança, não nega a necessidade da primazia. Pelo contrário, destaca a necessidade de uma autoridade central que possa manter a unidade enquanto respeita a diversidade legítima. Este ponto é apoiado pelo diálogo Luterano-Católico Romano, que esclarece a importância do ministério ordenado para garantir a unidade da igreja. Além disso, o documento aborda várias considerações pragmáticas sobre o exercício da primazia universal. Reconhece as divisões históricas entre o Cristianismo Oriental e Ocidental, particularmente os cismas que surgiram de visões divergentes sobre a primazia. Em resposta, o texto defende uma compreensão nuançada da primazia que honra tanto a tradição quanto o contexto contemporâneo. Propõe um modelo de primazia baseado em três princípios chave: diversidade legítima, colegialidade e subsidiariedade. Esses princípios são apresentados como essenciais para garantir que o papado sirva à Igreja como um todo, promovendo a unidade e respeitando a distintividade das tradições cristãs.

Diversidade legítima refere-se ao reconhecimento de que a Igreja é um corpo global composto por diferentes culturas e expressões de fé. Essa diversidade deve ser abraçada em vez de suprimida, e que a primazia não deve buscar impor uniformidade. Em vez disso, deve fomentar uma comunhão que respeite e celebre a diversidade dos membros da Igreja.

A colegialidade é destacada como um princípio crítico para o exercício da primazia. O terceiro capítulo afirma que o Papa deve exercer sua autoridade em colaboração com os bispos da Igreja. Esta relação colegial entre o Papa e os bispos garante que a Igreja opere como um corpo, com cada parte contribuindo para o todo. O texto sugere que um modelo colegial de governança, onde a tomada de decisões é compartilhada, pode ajudar a mitigar a concentração de poder em um indivíduo.

Finalmente, a subsidiariedade é proposta como um princípio orientador para o exercício da primazia. O documento argumenta que as decisões devem ser tomadas no nível mais local possível, com a autoridade superior intervindo apenas quando necessário. Este princípio busca garantir que o papel do Papa não seja o de micro gerenciamento, mas sim de supervisão e apoio à Igreja em geral. A subsidiariedade permitiria um modelo orgânico e funcional, onde as igrejas locais são capacitadas a atender suas próprias necessidades enquanto permanecem conectadas à Igreja universal.

O quarto capítulo do livro *Bishop of Rome*, aborda questões significativas a respeito do ministério do Papa, especialmente no contexto do diálogo ecumênico. Este capítulo reflete as discussões teológicas em andamento sobre a primazia papal e propõe várias ações concretas destinadas a aumentar a receptividade da Igreja Católica às preocupações ecumênicas. O capítulo é dividido em várias subseções, cada uma abordando um aspecto específico deste diálogo.

A primeira subseção enfatiza a necessidade de uma “re-recepção” dos ensinamentos do Concílio Vaticano I. Historicamente, o Vaticano I solidificou a doutrina da primazia papal e da infalibilidade, elementos que têm sido pontos de limitação nas discussões ecumênicas, particularmente com as tradições Ortodoxa Oriental e Protestante. Esta interpretação renovada não busca minar as declarações dogmáticas do Vaticano I, mas sim reinterpretá-las de uma forma mais ressonante com o clima ecumênico hodierno. Na segunda subseção, o texto defende uma distinção mais clara entre as várias responsabilidades do Bispo de Roma. A compreensão tradicional do ofício papal muitas vezes confunde seus papéis patriarcal, primacial e político, levando a mal-entendidos tanto em contextos internos quanto ecumênicos. Esta seção propõe um exercício diferenciado desses papéis, sugerindo que a primazia do Bispo de Roma, especialmente em um contexto ecumênico, deve ser redefinida para enfatizar a unidade sem comprometer a autonomia de outras tradições cristãs. Ao distinguir o papel patriarcal (específico da Igreja Latina) do papel primacial (pertencente à Igreja Universal), o Bispo de Roma pode fomentar melhores relações com as Igrejas Ortodoxas Orientais e comunidades da Reforma.

A terceira parte do capítulo foca na sinodalidade dentro da Igreja Católica (*ad intra*). Aqui, o documento destaca a importância de desenvolver processos sinodais para aumentar a participação de bispos e leigos na tomada de decisões. A sinodalidade, como proposta, não é apenas um método de governança, mas uma expressão fundamental da vida da Igreja. Reflete um compromisso com a responsabilização mútua e a responsabilidade compartilhada entre todos os membros da Igreja. Para o diálogo ecumênico, o fortalecimento da sinodalidade pode abordar críticas à autoridade papal centralizada, demonstrando uma abordagem mais colegiada e participativa à governança da Igreja Católica.

De uma perspectiva ecumênica, essa ênfase na sinodalidade interna é significativa porque modela os tipos de processos de tomada de decisão que muitas comunidades Protestantes e Ortodoxas já praticam. Ao adotar uma estrutura mais sinodal internamente, a Igreja Católica pode encontrar terreno comum com essas tradições, promovendo um espírito de colaboração e aprendizado mútuo.

A quarta seção muda o foco para a sinodalidade nas relações externas (*ad extra*), explorando como a Igreja Católica pode se engajar com outras denominações cristãs

através de uma jornada compartilhada. O texto destaca a necessidade de diálogo contínuo, *accountability*, e iniciativas colaborativas que reflitam um compromisso com o testemunho cristão comum. O conceito de “caminhar juntos” sugere um processo de crescimento em compreensão e unidade, mesmo quando as diferenças teológicas permanecem.

O quarto capítulo conclui com um chamado para o diálogo sustentado e a cooperação entre as comunidades cristãs, enfatizando a consulta regular e a ação conjunta para fortalecer os relacionamentos e promover a unidade com o objetivo de reduzir tensões históricas e fomentar um espírito de respeito mútuo entre as tradições cristãs.

O quinto e último capítulo do livro *Bishop of Rome* intitulado “*Towards an Exercise of Primacy in the 21st Century. A proposal from the plenary assembly of the dicastery for promoting Christian unity based on the study document “The Bishop of Rome”*”, apresenta uma proposta ecumênica sobre repensar o papel do Bispo de Roma. O último capítulo baseia-se nas discussões dos capítulos prévios da obra, enfatizando o diálogo e a convergência teológica entre tradições cristãs.

O capítulo começa com a sessão “Contribuições significativas para a reflexão sobre a primazia”, onde destaca o engajamento ecumênico como fundamental na reconciliação da primazia com a sinodalidade. Ele reformula a primazia de um modelo de autoridade para um de serviço, interligado de forma interdependente com a sinodalidade. Esta seção oferece uma releitura profunda do Vaticano I à luz do Vaticano II, defendendo uma eclesiologia de comunhão que prioriza a colegialidade e a participação ativa do Povo de Deus. A ênfase na clareza terminológica em autoridade e governança eclesial é notável, refletindo um esforço intencional para mitigar mal-entendidos históricos.

A seção subsequente, “Próximos passos a serem tomados nos diálogos teológicos”, é visionária, recomendando abordagens ecumênicas integradas e multilaterais. Ela enfatiza a constituição mútua da primazia e da sinodalidade e a necessidade de processos de recepção que envolvam toda a Igreja. A inclusão de métodos como consenso diferenciado e ecumenismo receptivo sugere um caminho para um acordo mais amplo sobre o ministério da unidade.

Em “Princípios e propostas para um exercício renovado da primazia”, o capítulo articula uma primazia orientada ao serviço, enraizada na subsidiariedade e na governança sinfônica, equilibrando dimensões pessoais, colegiais e comunitárias. Este modelo se alinha com a compreensão evolutiva da autoridade papal como promotora da unidade através da humildade e atos simbólicos, ao invés de controle.

“Para um modelo de comunhão” vislumbra uma eclesiologia baseada na *koinonia*, onde a sacramentalidade e as dinâmicas relacionais se tornam centrais. Ao defender estruturas institucionais que reflitam a conciliaridade, o texto desafia os modelos de governança existentes atualmente a incorporarem uma comunhão eclesial mais profunda. A proposta para um engajamento ecumênico renovado destaca uma visão compartilhada de comunhão enquanto respeita tradições diversas.

Finalmente, na última sessão, “Unidade, um Dom do Espírito Santo” muda o discurso do esforço humano para a iniciativa divina. Ao centrar o ecumenismo espiritual e reconhecer a unidade como um dom ao invés de um resultado construído, o capítulo enfatiza a humildade e a oração como essenciais para superar divisões. Esta perspectiva teológica encoraja práticas espirituais compartilhadas como vitais na promoção da

reconciliação desejada.

Concluindo, o último capítulo de *Bishop of Rome* oferece uma metodologia robusta e sensível ecumenicamente para reconsiderar o exercício da primazia. Ao mesclar profundidade teológica com recomendações práticas, ele promove uma visão de unidade eclesial fundamentada no diálogo, serviço e no trabalho transformador do Espírito Santo. Este último capítulo, que apresenta a proposta do Dicastério para a promoção da Unidade Cristã, assim como toda a obra, é uma contribuição significativa para o discurso eclesiológico contemporâneo e um guia promissor para futuros empreendimentos ecumênicos.

O livro *The Bishop of Rome: primacy and synodality in the ecumenical dialogues and in the responses to the encyclical Ut Unum Sint* é uma exploração acadêmica rigorosa de um dos tópicos mais significativos e contestados no diálogo ecumênico cristão. O livro fornece uma síntese inestimável de discussões interdenominacionais sobre o papel do papado, examinando cuidadosamente as perspectivas teológicas históricas e contemporâneas.

Este trabalho é altamente recomendado para acadêmicos envolvidos em estudos ecumênicos, particularmente aqueles envolvidos no diálogo entre as diversas tradições cristãs. Teólogos e eclesiologistas protestantes e ortodoxos acharão que é um recurso valioso para entender o pensamento católico contemporâneo sobre o ministério do Bispo de Roma, mesmo que eles possam criticar as conclusões do documento. Eu, particularmente, me beneficieei dessa rica leitura e foi ótimo perceber como o diálogo ecumênico está mais avançado do que imaginara antes da leitura.

Gustavo Albernaz Dias Carreiro

Doutorando em Teologia Sistemático-Pastoral na PUC-Rio

Teresópolis-RJ

E-mail: gustavo.greenfruit@gmail.com